



Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Concurso Público 2013

Procurador Legislativo de 3ª Classe

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior – Tarde

Procurador Legislativo de 3ª Classe

TIPO 4 – AZUL

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de resposta da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Você somente poderá se retirar da sala de prova após decorridas **duas horas** do início da prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Você somente poderá retirar-se da sala, levando o caderno de provas, no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **10/12/2013**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/almt.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **11/12/2013** até às 23h59min do dia **12/12/2013**, observado o horário oficial de Mato Grosso, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/almt, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Degenerados

Descobriram num apartamento da cidade de Augsburg, perto de Munique, Alemanha, mais de 1400 quadros desaparecidos durante a Segunda Guerra Mundial. Os quadros incluem pinturas e desenhos de expressionistas alemães como Georg Grosz e Max Beckmann mas também de artistas como Matisse, Chagal, Renoir, Toulouse-Lautrec, Picasso e outros mestres europeus. A descoberta, segundo o “New York Times”, foi há algum tempo, mas as autoridades alemãs só a noticiaram agora porque temiam que a revelação aumentasse a grossa confusão sobre a propriedade das obras encontradas.

Elas são, obviamente, produto da pilhagem de museus e coleções privadas dos territórios invadidos pelos nazistas na guerra. Mas estavam no apartamento de um descendente de Hildebrand Gurlitt, que, apesar de ser judeu, foi o escolhido por Goebbels para avaliar e ajudar a vender os quadros e era, legalmente, o dono do tesouro.

As obras incluem o que Hitler chamava de arte “degenerada” – os expressionistas alemães, principalmente – que pela sua vontade deveria ser destruída, e as de grande valor comercial, cuja venda reforçaria os cofres do Terceiro Reich. Mas na promiscuidade do achado não se distingue umas das outras, e não deixa de haver uma triste ironia no fato de os mestres do impressionismo francês, por exemplo, estarem de novo na companhia de “degenerados”, como no famoso Salão dos Rejeitados em Paris, que reuniu os enfeitados pelos acadêmicos da época, e de onde saiu a grande arte do século XIX.

Ainda existem milhares de obras de arte desaparecidas na guerra, das quais não se tem notícia. Mas aos poucos elas reaparecem. Arte é difícil de matar. Inclusive a “degenerada”. Há pouco estive num museu em Munique em que havia uma exposição dos expressionistas alemães. Todos mortos, e todos vivísimos.

(VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *O Globo*, 10/11/2013)

01

“As obras incluem o que Hitler chamava de arte “degenerada” – os expressionistas alemães, principalmente – que pela sua vontade deveria ser destruída, e as de grande valor comercial, cuja venda reforçaria os cofres do Terceiro Reich. Mas na promiscuidade do achado não se distingue umas das outras, e não deixa de haver uma triste ironia no fato de os mestres do impressionismo francês, por exemplo, estarem de novo na companhia de “degenerados”, como no famoso Salão dos Rejeitados em Paris, que reuniu os enfeitados pelos acadêmicos da época, e de onde saiu a grande arte do século XIX”.

Nesse penúltimo parágrafo do texto há, segundo a norma culta, um erro formal de gramática, localizado no seguinte termo sublinhado:

- (A) cuja
- (B) se distingue
- (C) de os
- (D) estarem
- (E) de onde

02

Pode-se depreender da leitura do penúltimo parágrafo do texto que o famoso Salão dos Rejeitados

- (A) funcionou como exposição para venda de obras de muitos pintores famosos do século XIX.
- (B) reuniu obras de pintores que não faziam parte do gosto acadêmico da época.
- (C) valorizou os valores tradicionais da arte, apresentando os revolucionários como “rejeitados”.
- (D) defendeu a revisão artística dos “enfeitados” por parte dos modernistas, apresentando-os em uma exposição de qualidade.
- (E) antecipou os valores modernistas, já que criticava os princípios da arte tradicional, expondo ridiculamente suas obras.

03

“Ainda existem milhares de obras de arte desaparecidas na guerra”.

A única forma verbal abaixo que mostra uma forma **incorreta** gramaticalmente de substituir a forma sublinhada é

- (A) hão de existir.
- (B) deve haver.
- (C) têm de haver.
- (D) devem existir.
- (E) há de haver.

04

Assinale a alternativa que apresenta o segmento do texto no qual a conjunção “e” aparece com valor adversativo, diferente dos demais empregos.

- (A) “Os quadros incluem pinturas e desenhos expressionistas alemães...”
- (B) “...Toulouse-Lautrec, Picasso e outros mestres europeus.”
- (C) “Todos mortos, e todos vivísimos.”
- (D) “Mas na promiscuidade do achado não se distingue umas das outras, e não deixa de haver uma triste ironia...”
- (E) “Elas são, obviamente, produto da pilhagem de museus e coleções privadas...”

05

“Arte é difícil de matar. Inclusive a ‘degenerada’”.

Nessa frase, o adjetivo degenerada

- (A) mostra uma opinião do autor do texto sobre o expressionismo.
- (B) ironiza uma opinião de Hitler sobre a pintura expressionista.
- (C) critica uma época artística por sua pouca qualidade.
- (D) identifica um estilo de pintura exageradamente decorativo.
- (E) destaca uma opinião dos modernistas sobre a arte anterior.

06

No texto, afirma-se que “*Arte é difícil de matar*”, isso porque

- (A) o valor comercial da arte permanece.
- (B) os valores artísticos transcendem o tempo.
- (C) as obras de arte são guardadas cuidadosamente.
- (D) os museus valorizam a produção artística.
- (E) o homem é atraído naturalmente pela beleza.

07

“Os quadros incluem pinturas e desenhos de expressionistas alemães como Georg Grosz e Max Beckmann mas também de artistas como Matisse, Chagal, Renoir, Toulouse-Lautrec, Picasso e outros mestres europeus”.

Em relação aos componentes desse segmento retirado do texto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Entre as obras descobertas há pinturas e também desenhos de vários artistas.
- (B) As duas ocorrências do vocábulo “*como*” precedem exemplos de informações anteriores.
- (C) O termo “*mas também*”, no contexto, acumula valores de adição e de adversidade.
- (D) Matisse, Chagal, Renoir, Toulouse-Lautrec e Picasso são considerados mestres na arte da pintura.
- (E) Os quadros descobertos pertencem a alguns mestres europeus e a dois expressionistas alemães.

08

Com a frase “*Todos mortos, e todos vivíssimos*”, o autor do texto quer dizer que

- (A) os quadros permanecem artisticamente considerados apesar da morte dos pintores que os produziram.
- (B) as pinturas continuam valorizadas no mercado de arte, ainda que seus autores tenham morrido há muito tempo.
- (C) os pintores de quadros expressionistas foram espertos ao encaminharem suas obras a museus.
- (D) os artistas, mesmo mortos, permanecem bem vivos na lembrança das pessoas.
- (E) todos os pintores expressionistas já estão mortos, mas muitos de seus quadros conservam a aparência de quadros recentes, graças ao trabalho dos museus.

09

“*Descobriram num apartamento da cidade de Augsburg...*”;
“*A descoberta, segundo o ‘New York Times’...*”.

Assinale a alternativa que apresenta a mesma relação de coesão entre as duas frases acima.

- (A) No século XIX pintar passou a ser uma atividade artística bastante valorizada, mas a pintura só se destacou comercialmente no século XX.
- (B) Os quadros e as esculturas barrocas fazem parte de muitas exposições de arte, mas essas obras não são do agrado de todos.
- (C) Os museus são muito importantes na difusão cultural, mas nem sempre os governos valorizam essas instituições.
- (D) As guerras trazem perturbações da ordem e grandes obras de arte desaparecem nesses períodos conturbados.
- (E) A venda de obras de arte é tarefa perigosa, pois não é raro venderem-se obras falsas.

10

O texto, em seu todo, mostra uma opinião do autor sobre arte, que pode ser resumida na seguinte frase:

- (A) A melhor arte de todos os tempos é a produzida em momentos de angústia da história humana.
- (B) A arte é uma maneira de alguém eternizar-se.
- (C) Todas as correntes de arte colaboram para o testemunho humano de produção de valor cultural.
- (D) O valor da arte permanece, apesar de todos os revezes políticos e culturais por que possa passar.
- (E) A arte serve hoje como espaço para altos investimentos internacionais e envolve operações nem sempre dignas e honestas.

Conhecimentos Básicos

11

Sobre o processo de divisionismo que caracterizou a formação territorial e política do Estado do Mato Grosso, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em 1892, ocorreu uma tentativa separatista de Mato Grosso em relação à República dos Estados Unidos do Brasil, para criar o Estado Livre da República Transatlântica.
- II. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o sul do Estado criou uma região autônoma, o Estado de Maracajú.
- III. No final da década de 1970, o presidente Ernesto Geisel criou o Estado de Mato Grosso do Sul, após consulta plebiscitária à população.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

12

O território mato-grossense é o resultado de transformações sócio-espaciais, em parte decorrentes das principais atividades econômicas desenvolvidas na região Centro-Oeste. A moderna sojicultura foi, desde a segunda metade do século XX, uma das principais causas desse dinamismo.

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente um aspecto relacionado às transformações trazidas pela moderna sojicultura mato-grossense.

- (A) A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tornou o cultivo da soja uma *commodity* a ser negociada no mercado globalizado.
- (B) A degradação ambiental do bioma cerrado resultou da erosão e da impermeabilização do solo, com o agravamento do fornecimento hídrico em função das exigências de irrigação, entre outros.
- (C) A produção de soja se concentrou em municípios cuja vegetação permitiu o desenvolvimento deste agronegócio, como é o caso do bioma Pantanal, do município de Sorriso.
- (D) O impacto social, com a progressiva colonização das terras do Centro-Oeste com base em um modelo de pequena propriedade familiar, está associado a um projeto de reforma agrária.
- (E) A introdução da sojicultura no Brasil ocorreu no contexto da imigração japonesa nos estados da região Centro-Oeste, para desenvolver culturas não tradicionais de exportação.

13

Como parte das comemorações dos 265 anos de Mato Grosso, a Secretaria Estadual de Cultura (SEC) decretou, no último dia 22, o tombamento do linguajar cuiabano como patrimônio imaterial do estado. O texto da portaria da SEC destaca que *o linguajar cuiabano faz parte da história de Cuiabá e do estado de Mato Grosso e, hoje, muito do falar cuiabano com seu sotaque caiu em desuso por grande parte de seus habitantes, permanecendo com o povo mais antigo e moradores ribeirinhos, que buscam preservar a história de seu sotaque.*

(Adaptado de <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/05/linguajar-cuiabano-e-tombado-como-patrimonio-imaterial-de-mato-grosso.html>)

Com base na notícia acima, assinale a alternativa que identifica corretamente a importância cultural do tombamento do linguajar cuiabano em abril de 2013.

- (A) O tombamento do linguajar cuiabano conserva o conjunto de fonemas, vocabulário e expressões peculiares do modo de falar da região, diferente dos falares do resto do país.
- (B) A portaria da SEC estabelece a necessidade de modernizar a linguagem corrente cuiabana, fomentando o uso da norma culta da língua.
- (C) O linguajar cuiabano foi tombado por constituir precioso patrimônio etnográfico e arquivístico, a ser preservado em instituições de memória.
- (D) O decreto da SEC visa proteger expressões e fonemas trazidos pelos imigrantes oriundos do sul do Brasil, misturados ao castelhano da região do Prata.
- (E) O tombamento busca incentivar a redescoberta da especificidade cultural do linguajar cuiabano promovida pela recente democratização do acesso a meios de comunicação de massa.

14

O pensador norte-americano John Rawls (1921-2002) contribuiu para a reformulação do pensamento moral contemporâneo, ao pretender ampliar o conceito e o papel da justiça. Nesse sentido, seu modelo de justiça

- (A) é igualitarista, identificando a justiça com a igualdade econômica, a ser conquistada por meio da planificação e estatização da economia.
- (B) se baseia em uma concepção metafísica e apriorística de Bem, que obriga a pessoa a se orientar eticamente através de imperativos categóricos que comandam o sentido individual de suas ações.
- (C) é utilitarista, pois concebe uma sociedade justa quando suas organizações são instituídas de forma a alcançar a maior soma de satisfação para o conjunto de indivíduos.
- (D) defende as assimetrias econômicas e sociais, na medida em que recusa o argumento de ser vantajoso amparar os menos favorecidos.
- (E) é pluralista, no sentido de compreender o universo social como composto por elementos diferentes e conflitantes, mas orientado por princípios, entre os quais, o da liberdade.

15

“A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anunciou nesta segunda-feira que sete grupos vão disputar o leilão do trecho da rodovia BR-163 em Mato Grosso, que acontece na próxima quarta-feira, a partir das 10h, na BM&FBovespa, em São Paulo”.

(<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/sete-grupos-apresentam-proposta-para-leilao-da-br-163-no-mt-diz-antt.html>)



Com relação aos interesses envolvidos no leilão do trecho da rodovia BR-163 em Mato Grosso, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Este leilão faz parte de um plano de concessões rodoviárias que integra o Programa de Investimento em Logística (PIL), lançado pelo Governo Federal em 2012.
- () A BR-163 é uma rodovia longitudinal no sentido norte-sul, e espera-se, com seu leilão, captar recursos para sua modernização.
- () O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) apoia o PIL, pois considera que ele irá incrementar as oportunidades de emprego e de acesso à terra na região.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) F, F e V.

16

No segundo semestre de 2013, a Usina Hidrelétrica de Sinop foi arrematada, em leilão, por um consórcio, e a expectativa é a expansão da sua capacidade de geração de energia. As alternativas a seguir identificam corretamente a importância desta usina para o desenvolvimento da região, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Esta usina integra o Complexo Hidrelétrico do rio Teles Pires e foi construída para atender ao aumento do consumo de energia, devido à instalação de novas indústrias ligadas à mineração.
- (B) A construção da barragem para a usina afetará municípios como Sinop, Itaúba e Cláudia, entre outros, ampliando o mercado de trabalho.
- (C) O plano de investimento para a construção da usina é o Plano Agrícola e Pecuário 2020, cujo objetivo é garantir o abastecimento hídrico para o desenvolvimento da sojicultura.
- (D) O projeto de construir várias hidrelétricas além da usina de Sinop no rio Teles Pires, permitirá abrir um corredor de transportes hídricos, a futura hidrovía Tapajós-Teles Pires.
- (E) A usina de Sinop regularizará a vazão do rio, o que permitirá fornecer energia elétrica mesmo no período de estiagem.

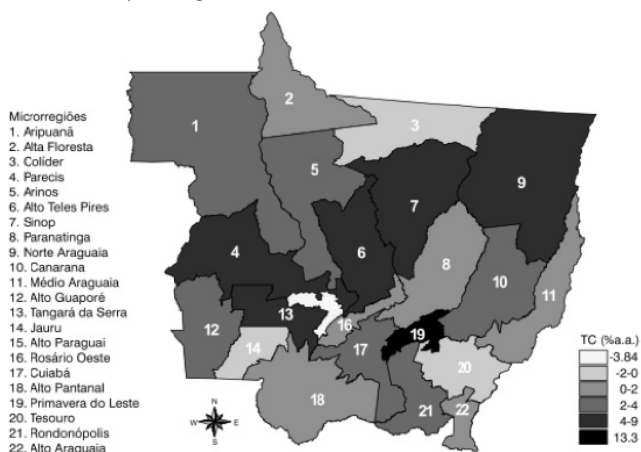
17

Após a abdicação de D. Pedro I e a instalação do governo regencial, o cenário político do Brasil independente estava polarizado entre setores que disputavam o poder entre si. Na província de Mato Grosso, esta contenda culmina no conflito chamado *Rusga*, em 1834. Assinale a alternativa que descreve corretamente um aspecto da *Rusga*.

- (A) O conflito foi polarizado entre dois grupos políticos, os liberais da Sociedade dos Zelosos da Independência, e os conservadores ou caramurus da Sociedade Filantrópica.
- (B) Os conservadores almejavam tomar o poder da província e expulsar os portugueses e outros estrangeiros, chamados de “*adotivos*”.
- (C) Os “*rusquentos*” conquistaram a autonomia provincial, ao expulsar o governante português e eleger o novo presidente, que formou um governo provisório republicano.
- (D) Os liberais apoiavam o regresso de D. Pedro I e defendiam a forma de governo monarquista para a província, em sintonia com os interesses da elite portuguesa.
- (E) A *Rusga* foi um movimento revolucionário que lutou pela independência do Brasil e se inspirou no modelo republicano, então vigente na América Latina.

18

Analise o mapa a seguir:



As alternativas a seguir caracterizam, com base nas informações do mapa, as dinâmicas demográficas nas microrregiões do Estado de Mato Grosso, na década de 1990, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Cuiabá e Rondonópolis cresceram a taxas superiores a 2% ao ano em função da diversificação econômica da região e da concentração do aparato administrativo do Estado na capital.
- (B) As microrregiões de Parecis, Alto Teles Pires e Primavera do Leste tiveram um intenso crescimento demográfico e desenvolvimento econômico, frutos da cultura da soja, do algodão e do milho.
- (C) A microrregião do Norte Araguaia manteve o dinamismo demográfico em função de atividades econômicas ligadas à exploração dos recursos naturais encontrados no bioma do Pantanal.
- (D) No norte do Estado, as regiões de Colíder e Alta Floresta tiveram uma redução no povoamento em função da queda da atividade de garimpo nos anos 1990.
- (E) Na década de 1990, o Mato Grosso apresentou um quadro heterogêneo de crescimento populacional, mais concentrado na faixa central do Estado.

19

A Capitania de Mato Grosso foi criada pela Coroa portuguesa em 1748. No ano seguinte, a rainha D. Mariana Vitória enviou instruções ao Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura Tavares.

“Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo (...) do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila e concedi diversos privilégios e inserções para convidar a gente que ali quisesse ir estabelecer-se(...). E me façam presente quais outras providências serão próprias para o fim proposto de aumentar e fortalecer a povoação daquele território”.

(MENDONÇA. Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1985, p.127.)

Assinale a alternativa que descreve corretamente os interesses da Coroa portuguesa referidos na instrução citada e relacionados ao processo de formação da capitania de Mato Grosso.

- (A) A Coroa portuguesa criou a nova capitania para povoar a região e legitimar a pretensão régia de anexar o Alto Peru e suas minas de prata aos domínios na América.
- (B) A monarquia lusa dispôs a criação de um governo próprio para a nova capitania de Mato Grosso, com o objetivo de supervisionar a imigração de camponeses portugueses que iriam colonizar o Oeste.
- (C) Na instrução ao Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura, determina-se a criação de vilas para sediar os representantes da Coroa, o que resultou na fundação da Vila de Campo Grande.
- (D) A Coroa portuguesa buscava efetivar as suas conquistas territoriais e, para isso, fez valer o Padroado, submetendo os missionários jesuítas à administração do Estado.
- (E) A instrução está relacionada à preocupação com a defesa da fronteira, o que levou ao desmembramento da capitania de São Paulo, dando origem às capitanias de Mato Grosso e Goiás.

20

O secretário florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527) fundamentou suas teorias políticas com base

- (A) na verdade revelada nas Sagradas Escrituras.
- (B) na codificação do direito romano contida no Código de Justiniano.
- (C) na lição dos antigos e na experiência das coisas modernas.
- (D) na vinculação aristotélica entre ética e política.
- (E) nas normativas do direito canônico.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

21

Quanto às normas e princípios constitucionais, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A tradicional classificação tricotômica das normas constitucionais afirma que, no tocante à sua eficácia e aplicabilidade, existem normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata, normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata, mas passíveis de restrição e normas constituidoras de eficácia limitada ou reduzida.
- () O princípio da eficácia integradora orienta o aplicador da Constituição no sentido de dar preferência àqueles critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração social e a unidade política.
- () O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade permite ao Judiciário invalidar os atos legislativos ou administrativos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, F e V.
- (E) F, F e F.

22

No que se refere ao Sistema Único de Saúde – SUS, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A jurisprudência majoritária dos tribunais superiores vem entendendo que há solidariedade entre União, Estado e Município no dever de fornecimento de medicamentos.
- (B) O Sistema Único de Saúde se organiza segundo a participação da comunidade, a descentralização, com direção única em cada esfera de governo e o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.
- (C) O STF manifestou-se pela constitucionalidade do Art. 32 da Lei n. 9.655/98, que estipula que o SUS deverá ser ressarcido pelas operadoras de saúde quando seus clientes forem atendidos na rede pública de saúde.
- (D) A Lei Complementar n. 141/2012, ao fixar o percentual mínimo que os entes federativos deverão gastar em ações e serviços de saúde, estabeleceu que os Municípios deverão aplicar o percentual mínimo de 15%, os Estados de 12% e a União de 10%, do produto de suas arrecadações, na forma especificada na lei mencionada.
- (E) O plenário do STF fixou alguns parâmetros para a solução judicial de casos que envolvam direito à saúde, estabelecendo, entre eles, que havendo tratamento fornecido pelo SUS, este deverá ser privilegiado em detrimento da opção apresentada pelo autor.

23

Sobre as funções essenciais da justiça, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aos Procuradores de Estado é assegurada a vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
- II. Segundo a Constituição da República, Lei Complementar organizará a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados; contudo apenas para as Defensorias dos estados é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- III. O Advogado-Geral da União será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

24

Quanto às ações constitucionais, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental pode ser utilizada para resolver controvérsia acerca da legitimidade do direito ordinário pré-constitucional.
- (B) A exclusão de benefício incompatível com o princípio da igualdade, a um determinado grupo de pessoas, pode caracterizar caso de omissão parcial do dever de legislar.
- (C) A suspensão pelo Senado Federal da execução da lei inconstitucional se aplica à declaração de não-recepção da lei pré-constitucional levada a efeito pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) É dominante, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, entendimento segundo o qual, na Ação Direta de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, prevalece o pedido da *causa petendi* aberta.
- (E) O constituinte de 1988 fixou como princípios básicos, cuja lesão pelo Estado-membro poderá dar ensejo à intervenção federal, entre outros, a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático.

25

Quanto aos limites e formas de modificação da Constituição, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Caso o poder constituinte reformador estabeleça um novo direito ou uma nova garantia individual, terá garantido a proteção do seu núcleo essencial, com base na cláusula pétrea que veda a abolição de direitos e garantias individuais.
- (B) A tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias, dando azo à declaração de inconstitucionalidade de uma em face de outras, é incompatível com o sistema de Constituição rígida.
- (C) A mutação constitucional consiste em uma alteração do significado de determinada norma da Constituição, sem observância do mecanismo previsto para as emendas e sem que tenha havido qualquer modificação de seu texto.
- (D) As cláusulas pétreas implícitas são: as normas concernentes ao titular do poder constituinte, as normas referentes ao titular do poder reformador e as normas que disciplinam o próprio procedimento de emenda.
- (E) A norma superveniente do poder constituinte originário, a não ser quando diz o contrário, tem aplicação sobre situações constituídas antes da sua vigência, exatamente sobre os efeitos que o ato praticado no passado tenderia a produzir sob a vigência da nova norma constitucional.

26

No que se refere ao *Estado de Exceção* (Estado de Defesa e Estado de Sítio), assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Estado de Exceção é a situação de fato que, estabelecida, implica o esvaziamento do direito e sua substituição por uma espécie de anomia transitória, sob cuja vigência, de maior ou menor duração – a depender das circunstâncias –, são afastadas ou suprimidas as restrições que, em situação normal, as leis impõem às autoridades e aos detentores do poder em geral.
- () Na vigência do Estado de Defesa é vedado que se estabeleçam restrições aos direitos de reunião, desde que tais ocorram no seio das associações.
- () Uma das hipóteses de decretação de Estado de Sítio é a comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Defesa. Em tal hipótese não há necessidade de estabelecimento de prazo para duração, permanecendo o Estado de Sítio vigente durante todo o tempo de ocorrência da situação anteriormente descrita.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e F.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e F.
- (E) F, V e F.

27

Acerca de democracia, da participação e da soberania popular, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988 possui previsão que permite sua alteração por meio de plebiscitos e referendos, havendo, ainda, previsão de iniciativa popular para projetos de emendas.
- (B) A Constituição da República estabelece que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Logo, sendo o voto obrigatório as hipóteses de voto facultativo são *numerus clausus* e não admitem interpretação extensiva.
- (C) O Supremo Tribunal Federal tem posicionamento no sentido de ser possível nova assembleia constituinte revisora, desde que editada emenda constitucional convocando a revisão da constituição.
- (D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por nove Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (E) O plebiscito e o referendo, consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, devem ser convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

28

O Estado Y editou, no ano de 2013, Lei Ordinária concedendo porte de arma ao Procurador da Assembleia Legislativa do Estado, independente de qualquer ato formal de licença ou autorização.

Acerca desse dispositivo legal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A norma é constitucional porque o Estado Y tem competência para determinar as prerrogativas e garantias de seus servidores.
- (B) A norma é inconstitucional por violar competência privativa da União para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- (C) A norma é constitucional por tratar de tema afeto ao Direito Penal, que é de competência concorrente entre a União, os estados e os municípios.
- (D) A norma é constitucional, uma vez que a Constituição instituiu que a segurança pública é dever do Estado.
- (E) A norma é inconstitucional, pois deveria ser veiculada através de Lei Complementar Estadual.

29

Quanto aos Tribunais de Contas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A jurisprudência recente do STF vem reconhecendo a capacidade do Tribunal de Contas, por meio do Ministério Público que atua perante ele, para executar as penalidades pecuniárias que aplica.
- II. Os Tribunais de Contas, na qualidade de órgãos auxiliares do Poder legislativo, possuem poderes equiparados aos das Comissões Parlamentares de Inquérito.
- III. Compete aos Tribunais de Contas dos Estados (ou dos Municípios nos locais em que eles existirem) julgar a aplicação dos recursos que recebem por meio de repasse da União, em razão da exploração de petróleo (*royalties*).

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

30

Quanto às Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a afirmativa correta.

- (A) É válido preceito de Constituição de estado membro que submete ao plenário de Assembleia Legislativa, a título de recurso, o pedido de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (B) É possível a convocação de magistrado para depor em Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga razões de ato materialmente jurisdicional.
- (C) A locução "*prazo certo*" impede a prorrogação dos trabalhos de Comissão Parlamentar de Inquérito, eis que caracteriza constrangimento ilegal aos investigados, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) A quebra do sigilo bancário depende, para revestir-se de validade jurídica, da aprovação da maioria absoluta dos membros que compõem o órgão de investigação legislativa.
- (E) O sigilo bancário, o fiscal e o telefônico não são oponíveis às Comissões Parlamentares de Inquérito, as quais também detêm o poder de determinar a busca e apreensão de pessoas e coisas, assim como a indisponibilidade de bens do investigado.

Direito Administrativo

31

Com relação à disciplina legal das licitações, é correto afirmar que

- (A) não se admite, no julgamento da licitação, qualquer preferência a empresas brasileiras.
- (B) a contratação de serviços de publicidade deve ser precedida de licitação.
- (C) a alienação de bens da Administração Pública será sempre precedida de avaliação e licitação.
- (D) as obras, serviços, compras e alienações realizados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário não são atingidos pela exigência de licitação.
- (E) a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, é denominada convite.

32

A respeito dos *atos administrativos* no ordenamento brasileiro, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Poder Judiciário pode exercer controle sobre os atos administrativos praticados pelos demais Poderes.
- (B) O pronunciamento de invalidade de um ato administrativo pela própria Administração, em geral, opera efeitos *ex tunc*.
- (C) A anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário, em geral, tem eficácia retroativa, com a desconstituição dos efeitos havidos daquele ato.
- (D) A validade do ato administrativo, ainda que discricionário, está condicionada à veracidade dos motivos indicados como seu fundamento, quando se aplica a teoria dos motivos determinantes.
- (E) O Poder Judiciário deve invalidar os atos administrativos nulos e pode revogar os atos administrativos inconvenientes ou inoportunos, praticados pelos demais Poderes.

33

Acerca das entidades paraestatais, com base no Direito Administrativo brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão abrange todos os entes da Administração Indireta, além das pessoas jurídicas de direito privado autorizadas a realizar atividades de interesse coletivo ou público.
- II. Os serviços sociais autônomos, por arrecadarem contribuições parafiscais, estão sujeitos à jurisdição da Justiça Federal.
- III. O Termo de Parceria é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se as afirmativas II e III estiverem corretas.

34

A União celebrou contrato de obra pública com a empresa X, vencedora de concorrência, para a construção de uma rodovia de 140 (cento e quarenta) km de extensão. O contrato foi celebrado pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. No decorrer da obra, entretanto, a Administração verificou a necessidade de alteração no projeto contratado, com o acréscimo de serviços e a prorrogação do prazo contratual por mais 12 meses.

Diante do exposto, é correto afirmar que

- (A) não é possível a alteração do objeto contratado, embora a prorrogação do prazo, em tese, seja possível.
- (B) é possível o acréscimo, na obra, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, mas, por se tratar de contrato com prazo superior a 12 (doze) meses, é impossível a sua prorrogação.
- (C) é possível o acréscimo, na obra, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, bem como a prorrogação do contrato.
- (D) a alteração unilateral do contrato é permitida, mas não por razão de alteração no projeto contratado.
- (E) desde que haja expressa concordância do contratado, é possível o acréscimo na obra, qualquer que seja o valor, bem como a prorrogação do contrato.

35

Em outubro de 2013, o Ministério Público do Estado X ajuizou Ação de Improbidade em face de Fulano de Tal, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, que exerceu o cargo de Diretor de Administração e Finanças da Secretaria de Estado de Cultura entre janeiro de 2002 e dezembro de 2006, e que, desde então, não exerce qualquer função pública.

É imputada ao réu a operação de um sofisticado sistema de desvio de verbas daquele órgão, conduta enquadrada como ato de improbidade que causou prejuízo ao Erário, estimado em mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Diante do caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O agente submete-se a crime de responsabilidade, por ser ocupante exclusivamente de cargo em comissão, não podendo figurar como réu em ação de improbidade.
- (B) A caracterização do ato de improbidade imputado ao agente público independe da configuração do dolo, mas a ação proposta já se encontra prescrita, ressalvada a perspectiva de ressarcimento do erário.
- (C) A caracterização de qualquer ato de improbidade independe de culpa ou dolo, mas o ato descrito no enunciado não dispensa a efetiva demonstração do prejuízo ao erário.
- (D) A ação de improbidade por ato causador de prejuízo ao erário é imprescritível por força de mandamento constitucional expresso, apenas prescrevendo a ação de ressarcimento.
- (E) Uma ação de improbidade não pode ser direcionada contra ele, devendo ser manejada apenas ação de ressarcimento, por já se ter encerrado o vínculo do agente com a Administração.

36

Acerca do tema *terras devolutas*, assinale a afirmativa correta.

- (A) São bens públicos titularizados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- (B) Foram excluídas do elenco de bens públicos pela Constituição da República de 1988.
- (C) Aquelas não compreendidas entre as da União devem ser incluídas entre os bens municipais.
- (D) Aquelas não compreendidas entre as da União devem ser incluídas entre os bens dos estados.
- (E) Incluem-se todas entre os bens da União.

37

Com relação à disciplina constitucional acerca dos servidores públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O detentor de mandato eletivo e o membro de Poder serão remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedada a percepção de gratificação, adicional, abono, ou outra espécie remuneratória.
- II. A investidura em cargo ou emprego público exige prévia aprovação em concurso público, mas a exigência não alcança as empresas estatais não dependentes.
- III. O servidor vitalício somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

38

Devido à descoberta da pavimentação original em ladrilhos e pedras do século XIX, e com vistas ao incremento do turismo, o Município ABC decide restaurar o seu centro histórico. Para isso, inicia obras de restauro de fachadas e de recuperação do piso original, com a retirada das camadas recentes de asfalto.

Com a interdição de algumas ruas para a realização das obras, um posto de gasolina localizado em uma das vias fechadas ao trânsito perderá todo o seu faturamento pelo período de dois meses.

Tendo em vista o caso descrito, e considerando a disciplina do ordenamento brasileiro acerca do tema da responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que

- (A) o ato praticado é lícito, mas, ainda assim, o Município responde de forma objetiva pelos danos causados.
- (B) o Município não responde de forma objetiva pelos atos lícitos, mas apenas pelos ilícitos, o que não resta caracterizado no caso em tela.
- (C) por ter causado dano a terceiros, resta configurada a prática de ilícito administrativo, e, portanto, a responsabilidade objetiva do Município.
- (D) no caso em tela, resta configurada a responsabilidade do município por omissão, que é subjetiva.
- (E) o Município não responde pela prática de atos lícitos.

39

Em relação à *extinção da concessão de um serviço público*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.
- II. A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, denomina-se caducidade.
- III. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a rescisão do contrato de concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

40

Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, regulamentando e estabelecendo limites à emissão de ruídos por casas noturnas, consubstancia manifestação de

- (A) Poder Disciplinar.
- (B) Poder de Polícia.
- (C) Autotutela.
- (D) Ato Administrativo Complexo.
- (E) Poder Hierárquico.

Direito Civil e Processual Civil

41

O Código Civil classifica os bens em públicos e particulares.

Dentre as características dos bens públicos tem-se, como regra geral, a sua inalienabilidade. Porém, excepcionalmente, o Código Civil estabelece a possibilidade de alienação dos bens públicos.

Assinale a alternativa que indica uma situação em que a excepcional alienação de bens públicos poderá ocorrer.

- (A) Podem ser alienados desde que afetados a prestação de um serviço público.
- (B) Podem ser alienados desde que sejam bens denominados de uso comum do povo, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) Podem ser alienados desde que sejam bens de uso especial, independentemente de lei autorizadora.
- (D) Podem ser alienados desde que sejam bens dominicais, observadas as exigências legais.
- (E) Podem ser alienados desde que sejam bens públicos sujeitos à prescrição aquisitiva.

42

A Lei n. 8078/90 estabelece a denominada Política Nacional das Relações de Consumo, elencando seus princípios norteadores e instrumentos a serem utilizados pelo Poder Público para sua efetivação.

No tocante ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC) assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Estabelece normas de ordem pública e de interesse social, em especial os direitos básicos do consumidor como a inversão do ônus da prova que podem ser aplicados pelo Judiciário, independentemente de requerimento específico.
- (B) Consumidor é definido como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (C) Mesmo não se enquadrando no conceito legal de Consumidor, o CDC prevê a figura do Consumidor por equiparação, a fim de preservar direitos de todas as vítimas do evento danoso.
- (D) O fabricante, o produtor, o construtor nacional ou estrangeiro e o importador respondem, subjetivamente, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- (E) A oferta tem caráter vinculante, obrigando o fornecedor a, por exemplo, vender um produto nas condições anunciadas por meio de publicidade suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação.

43

O denominado princípio de Saisine estabelece que no momento da abertura da sucessão, que ocorre com a morte, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. O Código Civil pátrio estabelece, em consequência, as regras para as sucessões legítimas e testamentárias, estabelecendo para a primeira a denominada ordem da vocação hereditária.

Na hipótese de não sobreviver o cônjuge ou o companheiro, nem parente algum sucessível nos termos da lei, ou no caso de existência, tendo todos eles renunciado à herança, os bens integrantes do monte de tais sucessões abertas, segundo solução dada pelo Código Civil, serão

- (A) destinados, necessariamente, para a União Federal para que seja utilizado na área de saúde.
- (B) destinados aos estados para que sejam utilizados pelas Universidades Estaduais nos trabalhos de desenvolvimento de pesquisas por ela realizados.
- (C) destinados aos Municípios ou ao Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, ou à União, quando localizado em território federal.
- (D) destinados aos estados e municípios, podendo ser utilizados tanto na saúde quanto na educação a critério discricionário do governador e dos prefeitos.
- (E) destinados aos estados e União para que sejam utilizados somente na saúde, por se tratar de ato vinculado.

44

A respeito do efeito devolutivo, quando da interposição de um recurso, assinale a afirmativa correta.

- (A) O efeito devolutivo é responsável por impedir, de forma direta, o trânsito em julgado da decisão recorrida.
- (B) O efeito devolutivo transfere, para órgão diverso do que proferiu a decisão recorrida, o conhecimento da matéria impugnada.
- (C) O efeito devolutivo não permite que a decisão recorrida produza efeitos antes do julgamento do recurso.
- (D) O efeito devolutivo provoca a reforma e consequente substituição do provimento recorrido.
- (E) O efeito devolutivo provoca a anulação do provimento recorrido.

45

O Código Civil estabelece as regras acerca da fixação dos domicílios tanto das pessoas naturais como das jurídicas, sendo tal fixação de suma importância para diversos ramos do Direito. Dentre as questões envolvendo o domicílio, algumas pessoas possuem o chamado domicílio necessário.

Assinale a alternativa que elenca uma situação estabelecida pelo Código Civil de domicílio necessário.

- (A) A pessoa natural tem domicílio necessário no local onde fixa a sua residência com ânimo definitivo.
- (B) A pessoa jurídica possui domicílio necessário no lugar onde funcionar a sua respectiva diretoria e administração.
- (C) O servidor público possui domicílio necessário no lugar em que exercer, permanentemente, suas funções.
- (D) O domicílio necessário do preso será fixado no lugar onde efetivada a prisão de natureza cautelar.
- (E) O domicílio necessário dos Estados e Territórios serão as respectivas capitais.

46

A suspensão de um processo deve ser vista como uma situação anômala que indica a ocorrência de uma causa legal que força a sua momentânea paralisação. Uma das hipóteses que gera a suspensão temporária de um processo é a ocorrência da morte do procurador de uma das partes.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ocorrendo a morte do procurador do réu, o Juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento.
- (B) Ocorrendo a morte do procurador do autor, o Juiz suspenderá o processo e fixará o prazo 20 (vinte) dias para a constituição de novo mandatário, sob pena do processo prosseguir à revelia do autor.
- (C) Ocorrendo a morte do procurador do autor, o Juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento.
- (D) Ocorrendo a morte do procurador do réu, o Juiz suspenderá o processo e fixará o prazo 20 (vinte) dias para a constituição de novo mandatário, sob pena do processo prosseguir à revelia do réu.
- (E) Ocorrendo a morte do procurador de qualquer das partes, o processo não poderá ser suspenso, em nenhuma hipótese, prosseguindo apenas com as partes no processo até que seja proferida a sentença.

47

Considerando a falta de previsão legal para a prática de um ato processual e a omissão do magistrado no mesmo sentido, assinale a alternativa que indica corretamente o prazo para a prática dos atos processuais.

- (A) Cinco dias.
- (B) Dez dias.
- (C) Quinze dias.
- (D) Trinta dias.
- (E) O prazo, nessa hipótese, é dilatatório e pode ser estabelecido consensualmente pelas partes.

48

A doutrina afirma que o processo cautelar tem por fim garantir a efetividade de outro processo ao qual se liga necessariamente. Para garantir a ampla eficácia do processo cautelar e assegurar a plena preservação do direito principal a ser discutido em processo de conhecimento ou de execução, o Estado-Juiz é dotado do *poder geral de cautela*.

Acerca desse poder, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se do poder concedido ao Juiz para conceder ao requerente medidas cautelares típicas quando as medidas atípicas não se revelarem adequadas à garantia da efetividade do processo principal.
- (B) Trata-se de poder criado pela doutrina e concedido ao Juiz a fim de garantir a plena eficácia dos processos cautelares, sem contar, entretanto, com previsão legal.
- (C) Trata-se de um poder geral concedido ao magistrado, no curso dos processos cautelares, conceder de conhecimento ou de execução, de ofício, quaisquer providências que julgue necessárias para a preservação da efetividade do processo.
- (D) Trata-se do poder concedido às partes que lhes permite requerer ao magistrado, no curso de um processo cautelar, as medidas cautelares típicas ou atípicas que entenderem ser necessárias para plena preservação de seu direito.
- (E) Trata-se da autorização concedida ao Estado-Juiz para conceder medidas cautelares atípicas, sempre que as típicas não se revelarem adequadas à garantia da efetividade do processo principal.

49

O complexo de bens organizados de forma racional para o exercício da empresa, entendida esta como a atividade economicamente organizada para a produção de bens e serviços, por empresário ou sociedade empresária, é denominado

- (A) estabelecimento.
- (B) patrimônio líquido.
- (C) ações.
- (D) sociedade em comum.
- (E) balanço patrimonial.

50

A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, é denominada

- (A) simulação.
- (B) termo.
- (C) lesão.
- (D) condição.
- (E) erro ou ignorância.

Direito Penal e Processual Penal

51

De acordo com entendimentos firmados em enunciados de súmulas elaborados pelos Tribunais Superiores sobre aplicação e execução de pena, assinale a afirmativa correta.

- (A) É inadmissível a fixação de pena substitutiva (Art. 44, CP) como condição especial ao regime aberto.
- (B) Assim como a regressão, a progressão de regime pode ocorrer *per saltum*.
- (C) O condenado por crime hediondo cometido no ano de 2006, sendo primário, deverá cumprir pelo menos 2/5 da pena privativa de liberdade para obter progressão de regime.
- (D) A opinião pessoal do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime praticado é fundamento suficiente para aplicação de regime mais severo do que o *quantum* da pena permite.
- (E) Em nenhuma hipótese poderá ser fixado o regime semiaberto ao condenado reincidente, ainda que a pena aplicada seja inferior a 4 anos.

52

Avalie os tipos de crimes listados a seguir.

- I. Extorsão mediante sequestro;
- II. Estupro;
- III. Qualquer homicídio, simples ou qualificado, desde que doloso;
- IV. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

De acordo com a Lei n. 8.072/90, são considerados crimes hediondos:

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) II, III e IV, somente.

53

João foi denunciado e condenado no Juizado Especial Criminal pela prática do crime de ameaça à pena privativa de liberdade de 5 meses. Inconformado com a pena aplicada, o advogado decide interpor o seguinte recurso adequado:

- (A) apelação, no prazo de 5 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 8 dias.
- (B) apelação, no prazo de 8 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 5 dias.
- (C) apelação, no prazo de 10 dias.
- (D) apelação, no prazo de 15 dias.
- (E) recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias.

54

Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Código Penal admite a figura do peculato culposo.
- II. Configura crime de corrupção ativa solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- III. Aquele que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal pratica crime de concussão.
- IV. Equipara-se a funcionário público aquele que exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e IV estiverem corretas.

55

Determinado servidor público, com foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça fixado exclusivamente pela Constituição Estadual, pratica dolosamente um aborto em sua namorada, mesmo diante da divergência desta.

Diante dessa situação hipotética, o servidor deveria ser processado e julgado perante

- (A) o Tribunal de Justiça, desde que não aposentado quando do processamento da ação penal.
- (B) o juízo de primeiro grau da Vara Comum, pois o STF já se posicionou pela inconstitucionalidade do foro por prerrogativa de função fixado na Constituição Estadual.
- (C) o juízo de primeiro grau da Vara Comum, pois o crime foi praticado por motivos particulares, não tendo sido motivado pela função que exerce.
- (D) o Tribunal do Júri, por ser tratar de crime doloso contra a vida.
- (E) o Tribunal de Justiça, ainda que não mais exercesse a função quando da propositura da ação penal.

56

De acordo com o Código de Processo Penal, no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará

- (A) ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (B) ao cônjuge, companheiro, ascendente e descendente, apenas.
- (C) ao cônjuge, ascendente, descendente e colateral até o 3º grau.
- (D) ao cônjuge, ascendente e descendente, apenas, não havendo ordem entre eles a ser seguida.
- (E) ao cônjuge em primeiro lugar e, somente na omissão deste, ao ascendente e descendente, apenas.

57

O princípio da persuasão racional permite que o magistrado decida de acordo com sua convicção, desde que o faça de maneira motivada. Para que o convencimento do julgador lhes seja favorável, as partes utilizam-se das provas produzidas nos autos.

Sobre as provas, de acordo com o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) A formulação direta pelo magistrado, antes das partes, de perguntas às testemunhas durante instrução no procedimento comum ordinário enseja nulidade absoluta.
- (B) Ainda que intimada a defesa da expedição da carta precatória, será sempre necessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- (C) Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu pode ser feito por qualquer instrumento, inclusive prova testemunhal.
- (D) Para apurar unicamente a prática de crime de ameaça cabe interceptação das comunicações telefônicas.
- (E) A interceptação das comunicações telefônicas pode ser determinada de ofício pelo magistrado.

58

A Lei n. 12.403, de 04.05.2011, introduziu mudanças significativas no Código de Processo Penal ao disciplinar as prisões e medidas cautelares.

Sobre as *prisões cautelares*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo magistrado, no curso da ação penal.
- (B) A prisão preventiva pode ser substituída pela domiciliar quando o agente for maior de 80 anos.
- (C) A gravidade em abstrato do crime não é fundamento suficiente para, por si só, justificar a decretação da prisão preventiva.
- (D) O juiz poderá relaxar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, ou poderá revogá-la, verificando qualquer ilegalidade em sua decretação.
- (E) Computam-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou outro estabelecimento adequado.

59

As causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva estão listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Recebimento da denúncia ou da queixa.
- (B) Reincidência.
- (C) Pronúncia.
- (D) Decisão confirmatória da pronúncia.
- (E) Publicação da sentença condenatória recorrível.

60

A doutrina majoritária brasileira entende que haverá crime diante de uma conduta típica, ilícita e culpável.

Sobre a *culpabilidade*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *erro de tipo* é causa de exclusão da culpabilidade em seu elemento potencial da ilicitude.
- (B) A *conduta em coação física irresistível*, apesar de típica e ilícita, não enseja punição do agente por ausência de culpabilidade.
- (C) O *estrito cumprimento do dever legal* é tratado pelo Código Penal como causa excludente de culpabilidade.
- (D) A *embriaguez culposa completa* não exclui a imputabilidade penal.
- (E) O *exercício regular do direito* é causa legal de exclusão da culpabilidade.

Direito Tributário e Financeiro

61

A Associação de Meninos e Meninas da Luz ingressa com ação de repetição de indébito em face do Estado Alpha para reaver o ICMS pago à concessionária de serviço de fornecimento de água e esgoto, pela obtenção da água tratada.

Dessa forma, com relação à ação proposta

- (A) não há legitimidade por parte da Associação, já que a relação jurídica mantida por esta é com a concessionária, sendo de natureza puramente comercial.
- (B) tratando-se de serviço público prestado mediante concessão, está correta a legitimidade da usuária para pleitear a repetição do indébito.
- (C) a Associação não é parte legítima por ser contribuinte de fato, mas não contribuinte de direito.
- (D) o Estado não deve figurar no polo passivo, já que a legitimidade *ad causam* é da concessionária do serviço público.
- (E) como se trata de concessão de serviço público, a legitimidade irá depender do tipo de contrato formado entre o poder concedente e a entidade que explora o serviço.

62

Com relação aos limites impostos para a despesa com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os serviços terceirizados não devem ser inseridos no limite de despesa com pessoal, mas sim contabilizados como serviços de terceiros e encargos.
- (B) O limite estabelecido para despesa de pessoal abrange os valores desembolsados de caráter remuneratório e indenizatório.
- (C) Os serviços terceirizados devem ser inseridos no limite de despesa com pessoal nas hipóteses em que a mão de obra contratada substitua servidor ou empregado público.
- (D) As despesas salariais de caráter continuado devem ser inseridas no limite de despesa com pessoal, apenas.
- (E) A despesa e os encargos decorrentes da terceirização dos serviços, em qualquer hipótese, devem ser inseridos nos limites legais arbitrados para pessoal.

63

A Empresa Doce Sabor, que tem duas atividades distintas, é produtora de queijos artesanais e vinhos finos de mesa. Com receita bruta anual total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), pretende ingressar no sistema **simples nacional**, como empresa de pequeno porte. Neste caso, a empresa

- (A) não pode ingressar no sistema, visto que o fabricante de bebidas alcoólicas está proibido por lei de aderir ao simples nacional.
- (B) pode ingressar no sistema, já que o relevante é a receita bruta total que envolve todas as atividades empresariais.
- (C) pode ingressar no sistema, desde que a empresa declare não estar exercendo a atividade de fabricação de bebidas alcoólicas.
- (D) não pode ingressar no sistema, já que a lei não permite que empresas que tenham atividades múltiplas possam aderir ao simples nacional.
- (E) só poderá ingressar no sistema simples nacional se comprovar que a maior parte de sua receita vem da fabricação e venda de queijos finos.

64

Em determinado Município da Federação foi promulgada lei em que o IPTU sofreria atualização de acordo com um Catálogo Geral de Logradouros por Bairro. Tal lei estabelecerá limites mínimos e máximos para a atualização do imposto, que seriam aplicados para fixar a valorização dos imóveis urbanos.

A lei foi publicada no ano de 2010 e o Catálogo Geral de Logradouros por Bairro foi elaborado pela Administração Fiscal Municipal, na forma de Anexo do texto legal, tendo sido publicado em 2011. João, que teve seu IPTU de 2011 majorado com base neste Catálogo Geral, se insurge em face do lançamento realizado pela Fazenda Municipal.

Nesse caso,

- (A) João deve pagar o imposto com a majoração ocorrida, já que o Catálogo Geral é um mero anexo, que fora previsto na lei.
- (B) a exigência fiscal é indevida, já que embora possível a atualização da planta de valores do IPTU, esta fica sujeita ao princípio da anterioridade.
- (C) a exigência fiscal é devida, visto que foi veiculada por lei publicada no exercício anterior ao que foi exigida.
- (D) o anexo constituído pelo Catálogo Geral de Logradouros por bairro tem natureza de regulamentar, pelo que, não extrapolado o texto da lei, tem vigência imediata.
- (E) a exigência fiscal do IPTU atualizado pelo Catálogo Geral de Logradouros por Bairro ofende os princípios da legalidade e de anterioridade.

65

Lei de determinado Estado da Federação estabelece base de cálculo reduzida para o ICMS dos produtos que compõem a cesta básica. A lei foi regulamentada por ato normativo do executivo que subordinou a aplicação da base legalmente reduzida ao cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações acessórias.

A Sociedade Delta Ltda. procedeu à saída de mercadoria da cesta básica de seu estabelecimento desacompanhada de nota fiscal. Neste caso,

- (A) não incide a redução do imposto, visto que não cumprida obrigação acessória.
- (B) incide a redução prevista na lei estadual, já que a fixação da base de cálculo está sujeita a reserva legal.
- (C) incide a redução prevista na lei estadual, mas fica suspensa até que seja regularizada a saída da mercadoria.
- (D) não incide a redução do imposto, já que o Executivo tem a faculdade de limitar os beneficiados pela redução da base de cálculo.
- (E) a redução da base de cálculo constitui renúncia fiscal cuja fruição pode ser condicionada pela Administração Fiscal ao cumprimento das obrigações acessórias.

66

Sobre os *princípios orçamentários*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio da universalidade é completado pela regra do orçamento bruto, pela qual estão vedadas quaisquer deduções para a elaboração da lei orçamentária.
- II. O princípio da exclusividade faz parte do quadro normativo orçamentário, já que neste é possível a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita.
- III. O princípio da periodicidade ou anualidade estabelece que o orçamento público deve ser elaborado por um período de tempo, determinação criada com o objetivo de detalhar as ações de cada unidade federativa.
- IV. O princípio do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas públicas ganhou força em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece, como premissa básica, o equilíbrio das contas públicas.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

67

Com referência à *receita pública*, assinale a alternativa em que as duas afirmativas estão corretas e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) As operações de crédito realizadas pelo governo constituem receitas correntes. // Essas operações serão vinculadas ao financiamento de bens de capital.
- (B) As receitas públicas classificam-se, segundo um critério econômico, em de capital e corrente. // A receita com os impostos é de capital, convertendo-se em moeda nos cofres públicos.
- (C) As tarifas são receitas derivadas, não-tributárias, devidas ao Estado prestador de serviço público. // Essas receitas correspondem a ingressos comerciais de caráter obrigatório.
- (D) As transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades elegíveis são classificadas como subvenções. // As que se destinam às instituições de caráter cultural, sem fins lucrativos, são sociais.
- (E) As dotações para execução de obra são classificadas como despesas de custeio. // Os imóveis adquiridos para a execução de obras também recebem o mesmo enquadramento.

Direito Eleitoral

68

Sobre o tema “registro de candidatura: substituição de candidato”, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em nenhuma circunstância poderá haver substituição de candidato.
- (B) Somente poderá ocorrer a substituição de candidato na hipótese de seu falecimento.
- (C) Não se admite a substituição de candidato cujo registro tenha sido indeferido.
- (D) É facultado ao partido político ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo de registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado.
- (E) Tratando-se de coligação não se admite a substituição de candidato.

69

Sobre o tema “Despesas de Campanha Eleitoral”, assinale a afirmativa correta.

- (A) As despesas de campanha eleitoral não se sujeitam a qualquer controle.
- (B) As despesas de campanha eleitoral serão realizadas apenas sob a responsabilidade exclusiva dos partidos e financiadas na forma da lei.
- (C) As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade exclusiva dos candidatos e financiadas na forma da lei.
- (D) As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou dos candidatos, e serão financiadas na forma da lei.
- (E) As despesas de campanha eleitoral serão realizadas exclusivamente através de verba pública.

70

Com relação ao tema “Propaganda Eleitoral Antecipada”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não será considerada propaganda eleitoral antecipada a participação de filiados a partidos políticos ou pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com exposição de plataformas e projetos políticos, desde que não haja pedido de votos, observado pelas emissoras de rádio e televisão o dever de conferir tratamento isonômico.
- II. Será considerada propaganda eleitoral antecipada a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, mesmo que não mencione a possível candidatura, ou que não faça pedido de votos ou de apoio eleitoral.
- III. Será considerada propaganda eleitoral antecipada a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, planos de governos ou alianças partidárias visando às eleições.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

71

Com relação ao tema “Propaganda Eleitoral em Geral”, assinale a afirmativa correta.

- (A) A propaganda eleitoral partidária gratuita prevista em lei é permitida a qualquer momento no ano da eleição.
- (B) No segundo semestre do ano da eleição poderá ser veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei no rádio e na televisão.
- (C) No segundo semestre do ano da eleição poderá ser veiculada propaganda partidária paga no rádio e na televisão.
- (D) No segundo semestre do ano da eleição, não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei nem permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.
- (E) Ao postulante a candidatura a cargo eletivo não é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome.

72

Sobre o tema “domicílio eleitoral e condições de elegibilidade” assinale a afirmativa correta.

- (A) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- (B) Para concorrer às eleições, o candidato não precisa estar filiado a partido político, mas deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito.
- (C) Para concorrer às eleições, o candidato não precisa comprovar o domicílio eleitoral.
- (D) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral em qualquer circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- (E) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral em qualquer circunscrição pelo prazo de, pelo menos, cinco anos antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

73

Com relação ao tema “Registro de Candidatura”, analise as afirmativas a seguir.

- I. O candidato cujo registro de candidatura esteja *sub judice* não poderá efetuar os atos relativos à campanha eleitoral, mas poderá utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição.
- II. O candidato cujo registro de candidatura esteja *sub judice* não poderá efetuar os atos relativos à campanha eleitoral e nem terá seu nome mantido na urna eletrônica.
- III. O candidato cujo registro de candidatura esteja *sub judice* poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição, ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

74

Sobre o tema “*Convenções para a Escolha de Candidatos*”, assinale a afirmativa correta.

- (A) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações serão estabelecidas no estatuto do partido, observadas as disposições da Lei n. 9.504/97.
- (B) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações são estabelecidas na Constituição Federal.
- (C) As normas para a escolha e substituição de candidatos e para a formação de coligações são estabelecidas pelo Código Civil.
- (D) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações são estabelecidas no Código Eleitoral.
- (E) As normas para a escolha e substituição dos candidatos e para a formação de coligações são estabelecidas na Lei Complementar n. 64/90.

75

Com relação ao tema “*Condutas Vedadas*”, analise as afirmativas a seguir.

- I. É permitido aos agentes públicos, servidores ou não, usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integrem.
- II. É proibido aos agentes públicos ceder servidor público da administração direta ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- III. É permitido aos agentes públicos, servidores ou não, fazer ou permitir o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

Legislação Específica

76

Acerca das previsões da Lei Complementar Estadual n. 04/1990, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) Por motivo de crença religiosa, nenhum servidor poderá ser privado de quaisquer de seus direitos, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.
- (B) O dia do servidor público será comemorado a vinte e oito de outubro.
- (C) É facultado exigir atestado de ideologia como condição para posse ou exercício de cargo ou função pública.
- (D) As Polícias Militar e Civil do Estado serão regidas por estatuto próprio.
- (E) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.

77

Segundo o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, acerca das circunstâncias que atenuam as penalidades disciplinares, analise as afirmativas a seguir.

- I. O transgressor ter procurado diminuir as consequências da falta ou ter reparado o dano antes da aplicação da pena.
- II. O transgressor ter confessado, espontaneamente, a falta perante a autoridade sindicante ou processante, de modo a facilitar a apuração daquela.
- III. O transgressor ter prestado, segundo seus antecedentes funcionais, relevantes serviços no exercício de sua função.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

78

O exercício de cargo efetivo ou em comissão, emprego público ou função de confiança exige conduta compatível com os preceitos do Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso (LC n. 112/2002).

Diante disso, o servidor deve atentar para os preceitos relacionados a seguir, ***à exceção de um***. Assinale-o.

- (A) A consciência dos princípios morais deve nortear o servidor público no exercício de cargo, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal.
- (B) O servidor público deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente.
- (C) A moralidade da Administração Pública Estadual não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
- (D) A função pública não se integra à vida particular do servidor público, uma vez que os fatos e atos verificados na sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito funcional.
- (E) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, ele é integrante da sociedade e o êxito do seu trabalho é seu maior patrimônio.

79

A Lei Complementar Estadual n. 04/1990 institui o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Estaduais criadas e mantidas pelo Poder Público.

Sobre penalidades aplicáveis, previstas no capítulo dedicado ao regime disciplinar, assinale a afirmativa correta.

- (A) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de 60 (sessenta) dias.
- (B) Na aplicação das penalidades não serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- (C) A demissão será aplicada nos casos de crime contra a Administração Pública, abandono de cargo, inassiduidade habitual, incontinência pública e conduta escandalosa e improbidade administrativa.
- (D) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com advertência.
- (E) A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada somente nos casos de infração sujeita à penalidade de demissão.

80

O Deputado é o legítimo representante do povo e dos interesses públicos na Assembleia Legislativa. Sobre as atividades de um Deputado, uma vez empossado, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (Resolução n. 677/2006), analise as afirmativas a seguir.

- I. Participar das sessões e apartear os discursos dos seus pares, observadas as disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso.
- II. Requisitar da autoridade competente, por intermédio da Mesa Diretora ou diretamente, providências, para garantia das suas imunidades e prerrogativas.
- III. Utilizar-se dos diversos serviços da Assembleia Legislativa, para fins relacionados com as suas funções ou não.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Realização

 **FGV PROJETOS**